

Capítulo 8 – Estrutura de oportunidades em uma favela de São Paulo

Ronaldo de Almeida e Tiarajú D'Andrea

Este capítulo é o resultado da pesquisa etnográfica realizada em uma favela da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e tem como objetivo analisar uma situação específica de vulnerabilidade social e suas alternativas para melhoria de vida. Inicialmente, partiu-se da idéia de que a favela de Paraisópolis, segunda maior de São Paulo, era um local extremamente pobre, principalmente pelo contraste visual com seu entorno rico formado por condomínios de classes média e alta do bairro do Morumbi. Contudo, uma das conclusões da pesquisa indicou que Paraisópolis, entre outros fatores por causa de sua localização, é um lugar atípico com uma significativa “estrutura de oportunidades” tendo em vista o conjunto das favelas da RMSP.

O espaço metropolitano paulistano, em particular, apresenta uma diversidade de situações de pobreza com diferentes combinações de problemas como desemprego, condições urbanas, saúde, educação, habitação, transporte etc; neste sentido, tais contextos devem ser objeto de investigação e de políticas públicas diferenciados. De maneira geral, a pobreza é tratada pelas políticas públicas tendo em vista as condições dos indivíduos e/ou dos domicílios; todavia, percebe-se que alguns aspectos como localização e alcance das redes associativas são fatores importantes na diferenciação dos pobres conforme as situações de maior ou menor vulnerabilidade. Torna-se relevante, portanto, introduzir análises de caráter mais qualitativo com a finalidade de diferenciar com maior precisão as redes de relações que envolvem a pobreza metropolitana.

A favela de Paraisópolis é um contexto de pobreza geograficamente circunscrito por uma região de altíssima renda. Se esta não é uma característica comum a maior parte das favelas de São Paulo (na verdade, o perfil de Paraisópolis é mais próximo ao da região zona sul do Rio de Janeiro), existem outras que são comparáveis como a migração, o desemprego, a moradia, a educação e a saúde. Sendo assim, a precariedade de Paraisópolis será compreendida em um contexto de relativas oportunidades. Isto é, trata-se de uma situação de relativa segregação social, mas com possibilidade de acesso a algum consumo, assistência social e ocupação, mesmo que precários, limitados e informais. De acordo com Kaztman e Filgueira,

“El término ‘estructura’ [de oportunidades] alude al hecho que las rutas al bienestar están estrechamente vinculadas entre sí, de modo que el acceso a determinados bienes, servicios o actividades provee recursos que facilitan a su vez el acceso a otras oportunidades” (1999:9).

O argumento dos autores é de que a estrutura das relações sociais modela a estrutura de oportunidades dos indivíduos. Em relação a Paraisópolis, observou-se a articulação de três tipos de redes de relações que a tornam atrativa: a oferta de trabalho, a ações públicas (estatal e não-estatal) e relações de caráter comunitário. Nosso argumento central é de que frente aos contextos de pobreza da RMSP e dos locais de origem dos favelados, morar em Paraisópolis constitui-se em uma estratégia de melhoria social para os muito pobres.

1. Paraisópolis: uma área de relativa segregação social

Essas considerações iniciais não significam que Paraisópolis seja um ótimo lugar para se viver. A positividade é relacional ao conjunto da cidade, por um lado, e ao conjunto dos lugares mais pobres, por outro. Uma das características (e também dificuldade) de Paraisópolis é seu excesso populacional que gera problemas habitacionais, desde a construção da casa à posse da terra, além das péssimas condições urbanas. Os domicílios, em sua maioria, foram construídos na forma de “puxados” conforme aumentava a rede de parentes devido principalmente ao processo migratório. Por conseguinte, os serviços públicos, para além da costumeira descontinuidade das ações governamentais, não conseguem acompanhar o crescimento da favela. Crescimento que em parte deveu-se a algumas ações estatais articuladas a interesses do mercado imobiliário como no caso da favela Água Espreada (próxima à Marginal Pinheiros) que foi removida para dar lugar a um centro comercial e financeiro.

Paraisópolis é dividida internamente em cinco regiões: o Grotão, o Grotinho, o Centro, o Antonico e o Brejo. O Centro, a região mais antiga de Paraisópolis, tem um arruamento com perpendiculares uniformes, bem diferentes do Morumbi caracterizado por ruas curvas e descontínuas. No Centro concentram-se a maior parte do comércio e as linhas de lotação, e todas suas ruas são asfaltadas. As pessoas “melhores de vida” são as mais antigas na migração e seus descendentes. Em boa parte dos casos elas se pertencem a amplas redes familiares. E o inverso é verdadeiro: os recém-chegados sem laços de parentesco ou de origem acabam se instalando nas partes mais periféricas e precárias.

A localização de Paraisópolis é peculiar, pois se encontra no centro de uma das regiões mais ricas da RMSP: o bairro do Morumbi. A face leste da favela divisa com

requintadas mansões. Ao norte, ela acaba no famoso "ladeirão", onde de um lado da calçada localizam-se mais mansões e, do outro, barracos. A divisão oeste é feita pelos luxuosos condomínios de apartamentos da avenida Giovanni Gronchi. Por fim, a face sul tem como fronteiras os muros do cemitério do Morumbi e um punhado de terrenos particulares. Local privilegiado da cidade, o bairro do Morumbi conta com excelentes indicadores sócio-econômicos e ostenta mansões e condomínios fechados. Colégios particulares e shoppings são presenças marcantes na paisagem local. No entorno também se encontram o São Paulo Futebol Clube, time considerado da elite paulistana, e o Palácio do Governo, sede do governo estadual.

O Morumbi e Paraisópolis cresceram de mãos dadas. Não é possível afirmar categoricamente quem chegou primeiro, se a opulência ou a pobreza. Historicamente, ao ser formado o bairro do Morumbi, a mão-de-obra barata por ali se fixou e o grande salto populacional deu-se na década de setenta, quando a pressão pela remoção da favela também se fez mais ostensiva. Segundo um antigo morador, *"quando eu cheguei isso aqui era mato, até cobra tinha. Já tinha barraco, mas a gente conhecia todo mundo. Há uns vinte anos atrás mais ou menos isso aqui explodiu. Hoje tem gente que não acaba mais"*.

Os moradores de Paraisópolis transitam pela avenida que os separa do Morumbi com alguns carros não muito novos e com peruas que substituíram de fato o transporte público. Nenhum ônibus, micro-ônibus ou perua realiza o trecho Paraisópolis-Morumbi, embora estejam um ao lado do outro. Tão perto e tão pouco acessível. O lugar público mais compartilhado pelos moradores é a própria avenida Giovanni Gronchi – o máximo de contato ao mesmo tempo que uma barreira, à primeira vista, quase intransponível. Com exceção do estádio de futebol, o lazer dos moradores de Paraisópolis só é possível para além do seu entorno, mais precisamente nos locais para onde se dirigem os ônibus e peruas: Largo do Batata, no bairro de Pinheiros, e o centro de Santo Amaro (locais de forte presença nordestina e comércio ambulante), ou, então, nos estabelecimentos da própria favela, que sintomaticamente aumentaram durante os últimos anos. Uma das causas do forte comércio em Paraisópolis é justamente a barreira imposta pela região rica, que obriga o morador a transpô-la no momento de necessidade de algum bem ou serviço. Como consequência, o local tornou-se praticamente auto-suficiente, sobretudo no que se refere a material de construção, móveis, alimentos, roupas e videolocadoras (uma das poucas formas de lazer).

A paisagem do Morumbi também expõe a diferenciação de classes, posto que todas as ruas são arborizadas e repletas de guaritas de segurança. São também curvas e descontínuas, fatos que inibem a circulação de pessoas. Segundo Caldeira (2000),

este tipo de estratégia, aliada a uma forma de arquitetura segregacionista, torna privado o espaço público, impedindo o pleno desenvolvimento da cidadania por parte dos habitantes da cidade. O uso do espaço do Morumbi constrange os moradores da favela a um certo distanciamento. Os condomínios e mansões, uns mais outros menos, têm algum esquema de proteção contra a violência: muros altos, alguns eletrificados, grades, câmeras, alarmes internos ou ligados diretamente à polícia, seguranças particulares, vigias coletivos, guaritas nas entradas etc. Tudo isso é proporcionado pelos funcionários dos condomínios e pela contratação de serviços terceirizados. Trata-se de uma indústria contra a violência e o medo que atende à população do Morumbi. Para penetrar-se nestes espaços é necessário transpor um verdadeiro aparato de segurança, que só é desativado mediante o convite dos condôminos. É basicamente do perigo ao lado que os condomínios e mansões são protegidos. Disto resulta o máximo de isolamento do lugar do perigo (a favela), do lugar do medo (os condomínios fechados). Conforme definição de Caldeira (1997), são verdadeiros “enclaves fortificados”.

De acordo com Bourdieu (1997), o espaço geográfico, embora sofra o *efeito de naturalização*, na verdade trata-se de um espaço de relações sociais *reificado*. Isto é, as interações ocorrem necessariamente em algum lugar; mas elas o modelam na medida em que as fronteiras físicas são classificações resultantes da dominação simbólica e material entre grupos e/ou indivíduos. Neste sentido, a disposição no espaço não é um dado em si, mas uma relação social em forma de oposição hierárquica entre parcelas da população decorrente da distribuição desigual dos bens materiais e simbólicos. O que se verifica no contexto de Paraisópolis e do Morumbi é uma distinção social espacial (o que delimita o acesso a serviços estatais, por exemplo) e simbólica (como o constrangimento gerado pelos esquemas de segurança). O estigma da favela em contraposição ao status do Morumbi confere aos dois espaços valores diferenciados por meio de uma violência simbólica despercebida; isto porque as estruturas sociais se convertem progressivamente em sistemas de referências mentais que hierarquizam socialmente os espaços físicos e os *naturaliza*.

2. Morumbi: o entorno como um ativo econômico

Apesar das condições precárias, alguns moradores que migraram de outras favelas da RMSP afirmam que Paraisópolis é um lugar de relativa ascensão social com atividade econômica não influenciada diretamente pela criminalidade como em outros contextos das regiões metropolitanas de São Paulo ou do Rio de Janeiro (Zaluar, 2003; Alvito, 2001; Mafra, 2003). Segundo uma jovem moradora proveniente do município de Mauá

na grande São Paulo, "*Paraisópolis é um lugar bom de morar. Aqui tem tudo perto: açougue, padaria, posto de saúde...*". Como o processo migratório não demonstrou ter diminuído significativamente, a demanda de consumo é bastante ascendente e tem atraído muitos negociantes não-moradores.

A opinião favorável dos moradores, recolhida em observação de campo, deve-se à oferta de ocupação profissional na região que, mesmo sendo baixa, seria melhor do que em áreas mais industrializadas da região metropolitana. Diante da questão do *survey*¹ aplicado em Paraisópolis se estão ou não trabalhando no momento, perto de 80% dos entrevistados responderam que sim, de modo que os desempregados somam 30% da população. Contudo, praticamente a totalidade destes indivíduos (99,6%) declara exercer algum tipo de atividade remunerada.

Tabela 1 : Tipo de atividade nos últimos 5 anos

	Freqüência	(%)	Acumulada (%)
Ocupação/Emprego	17947	71,7	71,7
Atividade por conta própria	2252	9,0	80,7
Bicos	4737	18,9	99,6
Nenhuma atividade/Ocupação	94	0,4	100
Total	25030	100	

Fonte: Almeida e D'Andrea (2004).

Como exemplo, muitos moradores trabalham operando lotações. Como as empresas de ônibus investem pouco na região e a população é muito grande, as peruas (após um longo processo de negociação entre "perueiros" e as administrações municipais de Celso Pitta e Marta Suplicy) melhoraram a oferta de transporte coletivo. Isto acabou gerando renda no interior da favela na medida em que o serviço de peruas é realizado por autônomos moradores de Paraisópolis.

O que se verifica é alta informalidade, mas com muita atividade econômica, basicamente concentrada no comércio e na prestação de serviços (boa parte domésticos), e pouquíssimo emprego industrial. O universo ocupacional desta população é extremamente homogêneo e se concentra basicamente nos serviços manuais de baixa qualificação. A proporção dos que desempenham qualquer atividade na indústria, que no conjunto da população da RMSP responde por 20% das ocupações, é insignificante, conforme os dados a seguir.

¹ Ocorrido no segundo semestre de 2002, com 524 entrevistas com a população economicamente ativa (Lavallo e Castelo, 2004).

Tabela 2: Grupos ocupacionais dos trabalhadores de Paraisópolis

	Frequência	(%)	Acumulada (%)
Desempregados	5182	20.7	20.7
Ajudantes na construção civil	553	2.2	22.9
Profissionais da construção civil	2814	11.2	34.2
Comércio estabelecido/proprietários	562	2.2	36.4
Comércio estabelecido/empregados	553	2.2	38.6
Comércio ambulante	1288	5.1	43.8
Serviços domésticos	4753	19.0	62.8
Manutenção de autos	249	1.0	63.7
Segurança e transporte	2446	9.8	73.5
Limpeza e zeladoria (exceto domésticas)	3071	12.3	85.8
Higiene e beleza pessoal	303	1.2	87.0
Alimentação e hospedagem	1304	5.2	92.2
Serviços de escritório	866	3.5	95.7
Pequenos artesãos	362	1.4	97.1
Operários	135	.5	97.7
Educação e lazer	415	1.7	99.3
Reciclagem	171	.7	100.0
Total	25030	100.0	

Fonte: Almeida e D'Andrea (2004).

O grosso das ocupações encontradas está concentrado em serviços domésticos (20%); 12% estão em serviços de limpeza e zeladoria; 13% estão na construção civil e manutenção predial; 10% estão em serviços de segurança e transporte. Somadas, estas ocupações representam mais da metade do emprego da população de Paraisópolis e estão muito ligadas às necessidades do entorno rico. Os moradores de Paraisópolis acabam indo trabalhar na construção civil, comércio e serviços domésticos necessários para a manutenção de um ambiente domiciliar, como as mansões e os condomínios. Paraisópolis nasceu e cresceu na medida em que foram sendo construídos prédios e mansões na região sul da cidade. A mão-de-obra contratada pela construção civil acabou se estabelecendo na favela e permanecendo nela após o término da empreitada. O comércio, por sua vez, necessitou de balconistas, garçons, vendedores etc. E, por fim, para atender aos domicílios do Morumbi, existem os serviços domésticos entendidos aqui como qualquer profissão que cuida da manutenção do ambiente domiciliar.

Nos condomínios visitados havia um grande número de funcionários trabalhando como seguranças, jardineiros, faxineiros, encanadores, eletricitas, domésticas, babás e

diaristas. A população não moradora dos condomínios é bastante significativa, e parte dela vem de Paraisópolis. Ao citar empregos de características domésticas, percebe-se que muitos moradores da favela acabam acompanhando o cotidiano dos condôminos. No caso das domésticas e babás, a entrada na esfera familiar é muito maior ainda. Além delas, existem os funcionários de confiança, como porteiros que necessitam reconhecer os moradores e controlam a entrada de estranhos. As profissões listadas, principalmente domésticas, babás e seguranças, têm como pressuposto a confiança nos empregados que devem cuidar dos bens, da integridade física e da prole das classes média e alta. Contrata-se exatamente pessoas da mesma localização que se pretende evitar com as “fortificações”.

Existe, portanto, uma interpenetração entre condomínios, mansões e favela, apesar de toda arquitetura de segregação descrita inicialmente. No que diz respeito à urbanização do bairro pode-se dizer que existe uma retroalimentação: à medida que se expandem mansões e condomínios, maior será a exigência de mão-de-obra da construção civil; posteriormente, há o aumento da demanda por trabalhos de caráter domiciliar e, em particular, do trabalho feminino. Estes tipos de serviços não exigem alta qualificação e, por conseguinte, são desempenhados pela parcela mais pobre da população. Entre os dois espaços existe, portanto, uma relação de evitação e reciprocidade, ou, nos termos de Bourdieu (1997), uma oposição hierárquica em que a distinção espacial expressa uma distinção social.

A separação geográfica imposta pela avenida Giovanni Gronchi e pelos esquemas de segurança evita determinados tipos de aproximação, mais especificamente a violência armada, entretanto, isto não deixa de excluir o contato cotidiano com uma parte da favela via relações empregatícias de tipo domiciliar. O que se quer distante não está tão longe assim. Moradores da favela convivem entre os condôminos e percorrem as ruas do Morumbi em direção ao trabalho na maioria das vezes ao amanhecer e ao anoitecer. Por isso é enganoso concluir que a não existência de transporte de um lado para o outro significa a ausência de interação, como sugere o argumento de Caldeira (1997). Na verdade, o transporte público não é desejável no percurso das mansões e condomínios em nome da “segurança”. Os moradores de Paraisópolis conseguem transporte até às avenidas principais; dali em diante o percurso é cumprido a pé.

Embora não tenha sido medido no *survey* onde as pessoas trabalham, a observação etnográfica indicou que morar próximo às áreas mais ricas da cidade aumenta a possibilidade de encontrar emprego e acessar benefícios devido ao fluxo de informações e à diminuição do custo do transporte para o empregador do serviço doméstico. Outras pesquisas mostram como a moradia tem valores simbólicos diferentes de acordo com a localização e são determinantes na obtenção de

empregos, por exemplo.² A localização de Paraisópolis é considerada privilegiada pelos moradores. E como é pouco estigmatizada devido à vizinhança com o Morumbi (tendo em vista outras favelas), morar em Paraisópolis é um ativo econômico. Não por acaso as propagandas dos novos empreendimentos imobiliários na região sul do município valem-se do signo “Morumbi” para conferir status a áreas que ultrapassam a fronteira física do bairro³.

A localização, apesar de sua situação de precariedade, pode ser compreendida de acordo com o capital social que ela mobiliza. No caso de Paraisópolis, este não se limita somente às relações empregatícias, que são propriamente da esfera do mercado, mas se estende também a outras redes sociais de caracteres cívico (Estado e terceiro setor) e comunitário (parentesco, origem, vizinhança e religiosa), como veremos a seguir.

3. Ações públicas: Estado e terceiro setor

Para além da oferta de emprego, o espaço geográfico contíguo com o Morumbi possibilita a Paraisópolis o acesso às ações sociais de um conjunto de instituições que levam serviços à comunidade. Diversos condomínios realizam coleta de alimentos e roupas entre seus moradores em benefício da favela, que se torna um campo para os assistencialismos de cunho religioso e/ou laico. A presença desses grupos cria um fluxo considerável de pessoas de fora da favela, vizinhos ou não, que realizam nela alguma atividade social. Os maiores empreendimentos são uma creche e uma escola de capacitação técnica para adolescentes mantidos pela Igreja Católica e um centro de saúde infantil mantido pelo hospital Israelita Albert Einstein. Existem ainda inúmeras entidades que, contando com financiamento público, beneficiam a população local com cursos de marcenaria, jardinagem, inglês e, sobretudo, informática. A contrapartida da favela em relação aos projetos assistencialistas providos pelo entorno rico é sanar aquele que do ponto de vista das classes privilegiadas é o maior problema dos lugares pobres: a violência. O imaginário que predomina entre as classes abastadas é o do medo (Vargas, 1993, Caldeira, 1997). Os mecanismos utilizados para a minoração desse problema são variados. Os cursos oferecidos pelas ONGs e associações de fora do bairro, para além de seus resultados materiais, têm o intuito de modificar a visão de mundo do morador.

² Ver por exemplo Wacquant (1995) e o capítulo 4 desse livro, de autoria de Haroldo Torres.

³ Os nomes dos locais dos novos empreendimentos imobiliários são Novo Morumbi, Morumbi Sul, perto do Morumbi etc, ou simplesmente no Morumbi.

Dentre as diversas entidades, destaca-se a União de Moradores de Paraisópolis como o mediador institucional local. Em grande medida devido à boa relação dos integrantes desta associação com o poder municipal, o bairro vem conseguindo a implementação de projetos da Prefeitura, como aulas de informática ministradas no Telecentro instalado no espaço da União para atender aos jovens carentes da comunidade. Por outro lado, com a descentralização da gestão municipal por meio da implementação das sub-prefeituras, Paraisópolis conseguiu um bom número das obras destinadas ao distrito de Campo Limpo. O líder comunitário (reeleito várias vezes) era até há pouco tempo ligado a um vereador do PT, que tem Paraisópolis como base eleitoral. Com a ascensão de Marta Suplicy ao governo municipal, melhoraram as relações entre a entidade e o poder público. Graças à articulação local e à política social do governo municipal, a favela está conseguindo algumas melhorias e tem acelerado o processo de urbanização para se transformar em bairro⁴.

A União de Moradores procura manter relações harmônicas com outras esferas, sejam elas os poderes municipal e estadual, a vizinhança do Morumbi e o setor privado como a Microsoft ou a Bolsa de Valores de São Paulo. Estas boas relações facilitam acordos com o poder público e/ou o terceiro setor na oferta de programas sociais. A União de Moradores estabelece com o Estado uma relação em boa medida clientelista e é a porta de entrada do poder público no local e do terceiro setor, o que a legitima no jogo político local. Para além da mediação institucional da União de Moradores, destacam-se ainda os moradores locais que trabalham como agentes de saúde, fazem cursinhos comunitários nas igrejas e expressam de forma mais clara as reivindicações dos moradores da favela.

Para representar as entidades que atuam em Paraisópolis foi criado o Fórum Multientidades, espaço onde os agentes se organizam para otimizar esforços na solução de problemas e para desobstruírem os canais de acesso ao poder público. O Fórum é também o espaço onde são apresentados os novos projetos e as parcerias com as associações instaladas no local. A peculiaridade do Fórum está no fato de ser um espaço deliberativo que não segue os moldes de uma associação comum, pois funciona sem registro ou hierarquia explícita entre os participantes. As entidades representadas no Fórum, de forma geral, são críticas à população devido à passividade dos moradores e à relação paternalista com o Estado. No geral, as entidades "de fora" da favela pregam a autonomia da população em relação ao Estado e a auto-organização.

⁴ Esta reivindicação arrasta-se desde a gestão de Luiza Erundina (1989-1992) e foi muito dificultada pelas administrações municipais de Paulo Maluf e Celso Pitta que queriam a remoção da favela para a construção de uma avenida conectando uma parte do Morumbi e a Marginal Pinheiros.

Em resumo, pode-se afirmar que a localização de Paraisópolis propiciou a visibilidade da pobreza e despertou ações assistencialista e filantrópica. Como consequência, em Paraisópolis há um efeito que se retroalimenta: conforme são instalados programas sociais, mais recursos o local é capaz de atrair. Entretanto, estes fatores de integração social não se limitam ao Estado e ao terceiro setor, mas são adensados pelos vínculos comunitários (parentesco, vizinhança e religião), que são fundamentais em uma população caracterizada principalmente pela migração.

4. Relações comunitárias

Como dito anteriormente, Paraisópolis foi formada pelo fluxo migratório que teve seu auge nos anos 70, mas que apesar de ter diminuído, ainda não foi estancado. A migração segue o clássico processo por etapas em que aos poucos um conjunto de parentes do Nordeste desloca-se para os grandes centros urbanos da região centro-sul do país. Preferencialmente, primeiro vêm os homens (jovens e adultos) para criar condições mínimas (ocupação e moradia) para receber os outros familiares (mulheres, idosos e crianças). Como uma favela antiga para os padrões paulistanos, em Paraisópolis apenas 7% da população não tinha parentes na favela, de acordo com o *survey*. Acrescente-se a este dado as relações entre conterrâneos que ampliam a rede familiar (cerca de 80% da população são nordestinos, basicamente da Bahia e Pernambuco).

Nas relações entre os conterrâneos os auxílios são de baixo custo quando comparados aos dos familiares. Apesar da diferença de intensidade, nos dois circuitos operam sistemas de reciprocidade estruturados em relações de confiança e fidelidade. Como exemplos, entre os conterrâneos os laços são ativados quando da necessidade de auxílio na construção da casa própria (vide os mutirões de “encher a laje”) ou ainda na parceria em alguma atividade econômica (como o comércio ambulante), por exemplo. Entre os familiares os laços são mais fortes e por eles circulam benefícios materiais como empréstimos financeiros, auxílio nos momentos de doença, divisão no cuidado da prole etc. Segundo Filgueira (2001), a família atua como integradora e maximiza os ativos de um indivíduo.

O comércio ativo de Paraisópolis, como descrito anteriormente, é formado basicamente pelos moradores mais antigos e parte dele é dominada por redes de parentes e conterrâneos. A articulação entre o comércio e algumas redes resultou também em um esquema interno de proteção contra a instalação da criminalidade na favela. Paraisópolis, apesar da densidade populacional e da vizinhança rica, não é considerada um lugar perigoso como outras regiões da RMSP. Isto porque ocorreu

neste lugar uma “pacificação” em que um grupo de parentesco e conterrâneos mantém o controle da violência, impedindo que o local se transforme em base de seqüestros, esconderijos de bandidos, ou que nele se instale o trafico de drogas. Na verdade, a “pacificação” ocorreu com o uso da violência por indivíduos que não pertencem ao aparelho repressivo do Estado. Entre os moradores, o sentimento em relação àqueles que dominam Paraisópolis é de gratidão e temor. Neste sentido, trata-se de uma situação de tranqüilidade instável que pode ser rompida em caso de disputa interna pelo domínio da favela.

Episódios de violência ocorridos em outubro de 2003 desestabilizaram o relativo equilíbrio do local. Os acontecimentos envolveram supostos traficantes "de fora" e o poder local. Incentivado sobretudo pelo entorno rico, o caso teve grande cobertura na mídia nacional e a mensagem era de que Paraisópolis, de um lugar assistido por diversos programas sociais, acabava de ser invadido pelo narcotráfico. O efeito foi exatamente o que as reportagens anunciaram: a fuga de algumas ONGs. Na época, a estratégia dos moradores, empreendida na figura do presidente da União de Moradores, era a de minimizar o ocorrido: *"A imprensa é irresponsável e sensacionalista"* ou *"quanto mais falam na TV, mais os bandidos ficam contente"*. A maior preocupação da União de Moradores era de que as notícias veiculadas pela imprensa não trouxessem prejuízos aos projetos sociais, fenômeno que em certa medida acabou ocorrendo.

Na verdade o episódio foi uma disputa interna pelo comando da favela entre grupos aliados que tinham se tornado rivais. A estabilidade da violência em Paraisópolis está sujeita a uma lógica perversa e instável. A “guerra”, como denominam os moradores os períodos de disputa, gera a morte de membros dos grupos (e de moradores também nos confrontos com armas nas ruas da favela); e como estes costumam ter relações de parentesco, parte da violência deve-se a vendetas familiares, cuja origem, por vezes, está no local de origem no Nordeste.

Mediante a insuficiência do Estado em garantir a segurança (apesar de garanti-la, ao lado, no Morumbi), Paraisópolis construiu seus mecanismos de defesa e proteção em que a base é um “pacto” de tolerância com uma certa marginalidade, do qual participam os moradores da favela, do entorno rico, do poder público, das ONGs. A rede associativa é densa, como dito anteriormente, mas sua atuação é em boa medida garantida pela “pacificação” promovida por uma rede de parentes, vizinhos e conterrâneos. Não se trata da presença de traficantes, mas de um grupo de indivíduos ligados por relações de confiança e articulados em torno do comércio local. Não apenas eles se protegem como também atuam como “protetores” dos moradores em caso de problemas com invasores externos. Assim sendo, conforme concluído em

outro trabalho (Almeida e D'Andrea, 2004), a “pacificação” de Paraisópolis, mesmo promovida por uma poder de violência não-estatal incrementa a estrutura de oportunidades.

Se, por um lado, as relações de parentesco e entre os conterrâneos estendem-se a um certo nível de marginalidade, por outro, elas também se reproduzem nas redes religiosas, em particular na evangélica. Dentre os vínculos associativos em Paraisópolis, os religiosos são os de maior alcance, principalmente entre os mais pobres. Segundo Lavalle (2001), de acordo com pesquisa quantitativa na RMSP, dentre os mais pobres que participam de alguma associação, cerca 70% participam de associação religiosa. Logo, o associativismo dos pobres é predominantemente religioso. Além disso, o vínculo participativo (não somente a identidade religiosa) mais consistente é o evangélico. De acordo com o *survey*, Paraisópolis tem uma alta presença evangélica (19,4%) acima da média da RMSP (cerca de 15%), e boa parte dela é nordestina. No entanto, conforme os dados censitários, a região Nordeste é a mais católica do Brasil. Assim, os nordestinos no Nordeste são predominantemente católicos, mas quando migram para o Sudeste tendem a se tornar evangélicos.

Na favela, os templos evangélicos abrigam uma densa rede de relações que atrai pessoas em estado de maior vulnerabilidade, como predominantemente ocorre na migração familiar entre o Nordeste e o Sudeste do país. Os evangélicos têm por costumes direcionarem preferencialmente a ajuda para os chamados “irmãos de fé”. Nesta rede circulam algum tipo de ajuda material direta, mas principalmente apoios de ordem afetiva e informações sobre distribuição de benefícios ou aquisição de emprego. Além disso, as denominações pentecostais como Assembléia de Deus e Deus é Amor (as maiores de Paraisópolis) têm uma estrutura de funcionamento que favorece as relações familiares. Boa parte do esforço destes religiosos está em atrair para as igrejas seus familiares e como devem casar-se preferencialmente com os seus “irmãos de fé”, a rede de parentesco sobrepõe-se parcialmente ao conjunto dos fiéis. Assim, os diversos templos evangélicos (principalmente os pentecostais) acabam tendo núcleos familiares dominantes.

A solidariedade evangélica, entretanto, é limitada ao universo dos seus membros, e é pouca aberta a novas redes de contato. Isto é, na mesma medida em que é densa, ela é também restrita; diferente da ação católica que é universalista na assistência, mas com pouca eficácia na produção de uma sociabilidade com vários planos de interação como a dos evangélicos. Estes são caracterizados por laços fortes de solidariedade interna que são excludentes quase na mesma intensidade. De qualquer forma, o estabelecimento desses sistemas informais – baseados em relações estáveis, contínuas e organizadas em obrigações recíprocas, em normas e sanções, e em

princípios de autoridade – afetam a estrutura de oportunidades que opera através de redes informais alheias ao mercado e ao estado, mas que veiculam benefícios, provendo os indivíduos com recursos materiais e não somente espirituais (Almeida e D’Andrea, 2004).

5. Considerações finais

A mobilidade geográfica é uma das estratégias de aquisição de ativos. Porém, as mudanças de contextos espaciais têm um duplo movimento de perda e de ganho a ser avaliado. Ainda que em Paraisópolis exista um leque de possibilidades de trabalho e estudo, cabe lembrar que a oferta existente não dá conta da enorme demanda do bairro e boa parte da população não consegue ser incluída no mercado de trabalho formal e nos projetos assistenciais. Entretanto, em relação às outras favelas e à grande parte da periferia de São Paulo, pode-se afirmar que Paraisópolis é um local de dinamismo econômico e com assistência social. Ser pobre em ali é menos desagradável do que ser pobre, por exemplo, em Cidade Tiradentes, bairro localizado no extremo leste da cidade com precária assistência estatal, alta criminalidade e está longe dos “lugares nobres” (termos de distinção simbólica) e da circulação de bens, serviços e projetos assistenciais. Do ponto de vista dos moradores, mudar para Paraisópolis pode significar uma ascensão relativa.

A interação entre favela e Morumbi, entremeada por evitações e reciprocidades, construiu fluxos simbólico e material que possibilitaram a convivência de desiguais num espaço bastante circunscrito. As redes de relações sociais (religiosas, parentesco, de vizinhança e políticas) neste contexto funcionam como ativos, e quanto mais recursos elas têm mais recursos conseguem acessar. Inclui-se nestes ativos a “pacificação”. A dinâmica é circular: a relativa paz de Paraisópolis incentiva o estabelecimento na favela de programas assistenciais que aumentam a capacidade de obtenção de mais benefícios. A estrutura de oportunidades é contextual porque a pobreza varia muito em suas formas no interior do meio metropolitano, da mesma maneira as políticas públicas devem ser diferenciadas tendo como uma das variáveis o espaço; aqui, não limitado ao espaço físico, mas circunscrito ao conjunto de relações empregatícias e associativas nas quais circulam benefícios, contatos, informações etc. Isto porque a estrutura das relações sociais modela a estrutura de oportunidades dos indivíduos.

Entretanto, este contexto favorável tem efeitos indesejados que se retroalimentam. O fluxo migratório em Paraisópolis é de 3,6% ao ano. Não se trata das altas taxas de crescimento, como em algumas “fronteiras urbanas” da RMSP que chegam a 40% ao

ano⁵. Mesmo assim, a taxa de 3,6% ao ano indica que o movimento migratório não estancou e em boa medida ele resulta deste círculo vicioso entre a distribuição de benefícios e a atração de mais necessitados. Pode-se dizer que este é um efeito indireto e perverso da ação pública. O atual projeto da Prefeitura de urbanizar Paraisópolis (que neste momento encontra-se na fase do edital) pode minorar o problema, pois implicará na remoção de famílias, contudo, estenderá para outras regiões o excesso populacional, como ocorreu quando Paraisópolis recebeu os moradores da favela Águas Espriadas nos anos 90 para dar lugar a empreendimentos imobiliários e de alta atividade econômica.

Bibliografia

- ALMEIDA, R. e D'ANDREA, T. "Pobreza e redes sociais em uma favela de São Paulo" In: *Novos Estudos*, São Paulo: Cebrap, n. 68, mar, 2004.
- ALVITO, M. *As cores de Acari: uma favela carioca*, FGV editora, Rio de Janeiro, 2001.
- BONDUKI, N. *Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP, 1998.
- BOURDIEU, P. "Efeitos de Lugar". In: Bourdieu, Pierre (coord.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- CALDEIRA, T. "Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana" In: *Novos Estudos*, Cebrap, São Paulo, mar., n.47, 1997.
- _____. *Cidade de Muros*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CASTEL, R. "De l'Índigence à l'Éclusion, La Désaffiliation: Précarité du Travail et Vulnérabilité Relationnelle" In: DANZELOT, Jacques (org.), *Face à l'Éclusion le Modèle Français*. Paris: Esprit, 1991.
- DURHAM, E. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*, São Paulo, ed. Perspectiva, 3ª edição, 1984.
- FILGUEIRA, C. "La actualidad de viejas temáticas: sobre los estudios de clase, estratificación y movilidad social en América Latina" In: *Serie Políticas sociales*, Cepal/Eclac, Santiago, 2001.
- GRANOVETTER, M. "The strength of weak ties" in *American Journal of sociology*, n. 78, n.6, p. 1360-1380, 1973.
- JANNUZZI, P. *Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. Campinas, Editora da Unicamp, 2000.
- KAZTMAN, R. e FILGUEIRA, C. "Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructuras de oportunidades" in *Documento da Comisión Económica para América Latina y Caribe*, Montevideo, CEPAL, 1999.
- KOWARICK, L. *Vulnerabilidade Sócio-econômica: Estados Unidos, França e Brasil*. Trabalho apresentado no XXV Encontro da Anpocs, Mimeo, 2001.
- LAVALLE, A. *Espaço e vida públicos: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro*, tese de doutorado, Departamento de Ciência Política, FFLCH-USP, São Paulo, 2001.
- _____. e CASTELO, G. "Associativismo religioso e inclusão socioeconômica" In: *Novos Estudos*, n. 68, mar, São Paulo, 2004.

⁵ A alta taxa de crescimento, acrescida de outros aspectos como precária infra-estrutura, baixo nível associativo, ausência de equipamentos e serviços públicos, entre outros aspectos, configuram uma situação de "fronteira urbana", que pode ser resumida como um espaço razoavelmente circunscrito de alta precariedade material e baixa integração social. Ver o capítulo 4 desse livro, de autoria de Haroldo Torres.

- MAFRA, C. "Drogas e símbolos: redes de solidariedade em contextos de violência" in Zaluar, A. e Alvito, M. (orgs.) *Um século de favela*, FGV editora, 3ª ed., Rio de Janeiro, 2003.
- SÃO PAULO, Sehab - Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Humano. *Base Cartográfica Digital das Favelas do Município de São Paulo*. São Paulo: Sehab/PRODAM/CEM (Centro de Estudos da Metropole), 2003.
- VALLADARES, L. e MEDEIROS, L. *Pensando as Favelas do Rio de Janeiro. 1906 - 2000*. Rio de Janeiro, Relume Dumara/Faperj/UrbanData, 2003.
- VARGAS, J. "À espera do passado". Unicamp. (tese de doutorado)
- WAICANT, L. "Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa" In: *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, nov., nº 43, 1995.
- ZALUAR, A. "Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas" in Cardoso, R. (org.) *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.
- _____. *A Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*, 2ª ed., editora Brasiliense, São Paulo, 1994(a).
- _____. "Crime, medo e política" in Zaluar, Alba e Alvito, Marcos (orgs) *Um século de favela*, FGV editora, 3ª ed., Rio de Janeiro, 2003.